

Segurança alimentar e nutricional: colocando em evidência a agricultura familiar

Food and nutrition security: raising awareness of family farming

Estelamaris Tronco Monego¹

¹ Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás. Coordenadora de Gestão do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil.

Correspondência / Correspondence
Estelamaris Monego
E-mail: estelamaris@ufg.br

O artigo apresenta uma reflexão sobre a oferta e promoção de uma alimentação baseada no conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN), onde as autoras destacam, como estratégia, a inserção de alimentos do sistema alimentar local, por meio de circuitos curtos de produção, referenciados na agricultura familiar.

Essa abordagem merece dois destaques: a vinculação ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que concretiza um espaço de diálogo entre políticas públicas voltado para a garantia do direito humano à alimentação adequada. A atuação intersetorial onde se inserem o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional da Alimentação do Escolar; o Programa Bolsa Família e a Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias).^{1,2}

Os equipamentos públicos se inserem no Plano de SAN¹ como estratégia de articulação institucional em rede, o qual traz, dentre seus objetivos, “fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a *organização de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo* para a garantia do acesso regular e permanente da população [...]” (grifo meu).

O segundo destaque refere-se à agricultura, setor dicotomizado a partir das características socioeconômicas, produtivas e tecnológicas em agricultura familiar e patronal.³ A primeira associa-se à responsabilidade pela produção de alimentos voltados para o consumo da população brasileira, mesmo ocupando apenas 24,3% da área total de cultivo.⁴ Valorizar a produção familiar de alimentos é parte da estratégia de soberania alimentar, que se apoia no desenvolvimento rural (com superação de iniquidades), promove ambiente favorável à adoção de alimentação saudável e adequada e modos de consumo mais sustentáveis, apoiados principalmente em formas de cultivo ambientalmente sustentáveis e em cadeias curtas de produção e consumo.^{5,6}

O debate que o artigo traz é justamente sobre a importância de inserir essa produção local da agricultura familiar numa lógica de oferta para equipamentos públicos de SAN. Bastante pertinente se for considerada a evidência apontada em estudo que identificou o Distrito Federal como espaço geográfico de baixo aproveitamento do potencial produtivo, o que identifica potencial ainda inexplorado.⁷ Destaque deve ser dado à articulação entre a agricultura familiar e a comercialização realizada pelo poder público, nos chamados “mercados institucionais”. E nesse contexto, o PAA e o PNAE, devido ao volume de comercialização, tempo de execução e abrangência, que no caso do PNAE chega a todos os municípios brasileiros.

Como o artigo apresenta, há potenciais desta articulação a serem explorados. A experiência com o desenvolvimento de projetos vinculados à articulação entre o PNAE e agricultura familiar, pela equipe do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE-UFG), tem identificado como desafios a este processo entraves associados à produção (ausência de assessoramento técnico no campo, dificuldades de adequação da produção de alimentos processados às normas sanitárias vigentes) e à comercialização (a não realização do mapeamento da produção local por parte da gestão do PNAE e os custos com a entrega dos produtos).⁸ Nesse contexto, sugerem que a presença de agricultores organizados em cooperativas ou associações, de um gestor da educação sensível ao cumprimento da legislação e de nutricionistas comprometidos com o cumprimento da mesma, são elementos fundamentais para o sucesso da compra pelo PNAE.

Parece oportuno, neste esforço de debate, apresentar reflexões sobre as categorias temáticas apresentadas no estudo. Em relação à *compreensão da SAN*, sugere-se uma investigação sobre a ausência das demais dimensões da SAN e como estas se expressam ou não no cotidiano dos sujeitos coletivos, a ponto de não se tornarem parte de seu discurso.

Sobre o *sistema alimentar e a produção familiar*, cabe a identificação de sujeitos estratégicos individuais, coletivos e institucionais envolvidos no processo de inclusão de produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais, mapeando processos e mediações da produção até a oferta de alimentos. A compreensão do todo e dos pontos nodais desse processo pode contribuir com a adoção de estratégias mais eficazes quando da efetivação da compra institucional.⁹

Os *desafios*, por sua vez, devem levar em consideração a discussão na perspectiva avaliativa que se coloca não só no presente estudo, como da maioria dos que tratam do tema, passando à margem da discussão estrutural. Permitiriam, assim, aprofundar as possibilidades explicativas do cenário cujo pano de fundo é a agricultura familiar no Brasil, sendo oportuno questionar:

Quais são as características da gestão dos mercados de compras institucionais e do cenário social e produtivo dos agricultores que podem influenciar na efetivação da compra de alimentos em circuitos curtos?

Quais recomendações e aprendizagens podem ser explicitadas com vistas ao fortalecimento dessas políticas públicas de SAN?

Como os agricultores familiares podem se apropriar de um conhecimento totalizador do sistema alimentar em que estão inseridos, tornando-os ainda mais propositivos e assertivos frente aos desafios da implantação de políticas que os envolvem?

Agradecimento

Agradeço a interlocução e decisivas contribuições de Veruska Prado Alexandre.

Referências

1. Brasil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília: MDS; CONSEA; 2011.
2. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN [Internet]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sisan>.
3. Abramovay R. Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial. São Paulo: FEA-USP, 2000. In: Rodrigues JGB. Identificação da agricultura familiar: uma análise dos critérios da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP no contexto brasileiro e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2009. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/download/Artigo_018.pdf?file_id=9166497.
4. Del Grossi M, Marques VPMA, França CG. Avanços e desafios das políticas de desenvolvimento rural no Brasil [Internet]. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Mauro-Del-Grossi.pdf>
5. Rocha C, Burlandy L, Maluf R. Small farms and sustainable rural development for food security: The brazilian experience. *Development Southern Africa* 2012, 29(4):519-529.

6. Rocha C. Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil. *Development Policy Review* 2009; 27(1):51-66.
7. Monego ET, Alexandre VP, Sousa LM, Martins KA, Rosa JQS, Sousa PLC, et al. Produção e potencial agrícolas de alimentos destinados à alimentação escolar em Goiás e no Distrito Federal, na Região Centro-Oeste do Brasil. *Rev. Nutr.* 2013; 26(2):233-241.
8. Alexandre VP, Oliveira AC, Silva FO, Gomes LOF, Falqueto MAO. Formação de atores sociais no âmbito do PNAE em territórios da cidadania no estado de Goiás. Relatório parcial de ação de extensão apresentado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Goiás: Universidade Federal de Goiás; 2013. 209 p.
9. Triches RM, Schneider S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade* 2010; 19(4):933-945.

Recebido: 02/6/2013

Aprovado: 14/8/2014